

18 de abril de 2018

- **Público participará, gratuitamente, da RIDEX**
- **Ministro da Defesa visita, pela primeira vez, Comando de Operações Aeroespaciais***
- **Criação de autoridade nacional de proteção de dados é defendida em audiência sobre a internet**
- **Veja a participação do sócio Rony Vainzof, Diretor do Departamento de Defesa e de Segurança da FIESP, durante sessão temática no Senado Federal sobre proteção de dados pessoais**

Público participará, gratuitamente, da RIDEX*

Feira de Defesa, Segurança e Offshore

A primeira edição da RIDEX acontecerá no Rio de Janeiro e as inscrições começaram nesta segunda-feira (16).

Vivendo uma intervenção federal na área de segurança pública, o Rio de Janeiro receberá, nos dias 27, 28 e 29 de junho a feira RIDEX – Rio International Defense Exhibition, que apresentará o que há de mais moderno nos setores de Defesa, Segurança e Offshore. O evento acontecerá nos armazéns 3 e 4 do Pier Mauá, zona portuária do

Rio de Janeiro. A partir desta segunda-feira (16), o site www.ridex.com.br começa a receber inscrições dos interessados em participar. As inscrições valerão para o segundo e o terceiro dia do evento e seguirão gratuitas até uma semana antes da Feira.

A RIDEX contará com a participação de 150 expositores nacionais e estrangeiros, que apresentarão produtos bélicos e dispositivos usados, sobretudo, por organizações militares. São esperadas mais de 20 delegações de diferentes países da Ásia, Oriente Médio, África, América do Sul e Europa. A Feira também promoverá palestras e simpósios com autoridades da área sobre os desafios do setor de Defesa e Segurança brasileiro.

Mais detalhes sobre as atividades, expositores e inscrições serão divulgados no site da Ridex (www.ridex.com.br) e no Facebook: Ridex Defense.

Fonte: Poder Naval

Data da publicação: 17 de abril

Link: <http://www.naval.com.br/blog/2018/04/17/publico-participara-gratuitamente-da-ridex/>

Ministro da Defesa visita, pela primeira vez, Comando de Operações Aeroespaciais*

Ministro Silva e Luna conheceu, entre outras estruturas, a que é responsável pelo funcionamento do satélite geoestacionário brasileiro

Ministro da Defesa interino, General de Exército Joaquim Silva e Luna, esteve, na manhã desta segunda-feira (16/04), visitando as instalações do Comando de Operações

Aeroespaciais (COMAE) – uma das unidades da Força Aérea Brasileira (FAB) em Brasília (DF).

O tour pelas instalações aconteceu após uma reunião com o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, o Comandante do COMAE, Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Vuyk de Aquino, e outros oficiais-generais para tratar de assuntos estratégicos da FAB.

O ministro conheceu estruturas como a sala do Centro de Operações Espaciais (COPE) de onde militares das três Forças Armadas e civis da Telebras se revezam na operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

No momento da visita, os militares preparavam uma manobra para amanhã, que ocorre todas as terças-feiras a cada duas semanas: o ajuste de rota do satélite no sentido norte-sul. Outro local visitado pelo Ministro da Defesa interino foi o Centro Conjunto de Operações Aéreas (CCOA), onde todos os pedidos e necessidades de transporte aéreo são recebidos e transformados em missões.

Após a visita, que foi a primeira do Ministro Silva e Luna ao COMAE, o general se disse impressionado com a estrutura. “A FAB tem condições de conduzir todas as suas operações a partir daqui, tanto em tempos de paz – as operações correntes – como se houver a necessidade da defesa da soberania do Brasil”, disse.

Fonte: Defesanet

Data da publicação: 17 de abril

Link: <http://www.defesanet.com.br/fab/noticia/29037/Ministro-da-Defesa-visita--pela-primeira-vez--Comando-de-Operacoes-Aeroespaciais/>

Criação de autoridade nacional de proteção de dados é defendida em audiência sobre a internet

Por Anderson Vieira

Especialistas defenderam a criação de uma autoridade nacional de caráter independente para atuar na proteção de informações de consumidores e usuários da internet. O assunto foi debatido numa sessão temática nesta terça-feira (17), no Plenário, com objetivo de instruir a votação do PLS 330/2013, que cria um marco regulatório de proteção de dados pessoais. O senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) é o relator da matéria, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Ferraço mostrou-se a favor da criação da autoridade nacional de proteção de dados, mas lembrou que o Poder Legislativo não pode invadir a competência do Executivo:

— Se tivermos um marco legal e não tivermos uma autoridade que possa atuar no cumprimento dessa norma, estaremos construindo uma letra fria. De fato há a controvérsia se temos ou não iniciativa de propor uma nova estrutura administrativa, mas podemos recomendar a criação para que o Executivo adote uma medida dessa natureza — afirmou.

O diretor do Departamento de Defesa e Segurança da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Rony Vainzof, também apoiou a ideia.

— Caso essa legislação nasça sem uma autoridade do setor, ela será manca e provavelmente sem eficácia. Além disso, uma lei que estabeleça sanções administrativas sem identificar quem vai aplicá-las pode ser um convite para imposição de multas injustas. A ausência de uma autoridade também impedirá o Brasil de se adequar às normas de outros países — afirmou.

Independência operacional

Ainda para a Fiesp, a autoridade prevista na lei deve ser única, central, dotada de independência financeira e operacional e formada por um corpo técnico especializado.

O pesquisador da Rede Latino-Americana de Estudos Sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade, Bruno Bioni, também defendeu a criação legal de uma instituição independente. Para ele, a entidade não só deveria ter poderes para aplicar a legislação e sanções aos infratores, como deveria atuar de forma preventiva e no incentivo ao bom comportamento.

— Hoje em dia, com aumento do volume e variedade de informações, o cidadão, sozinho, não pode fazer valer seus direitos. Por isso, é necessária a criação de um órgão com expertise, que possa equilibrar essa assimetria — afirmou.

Limitações

O relator Ricardo Ferraço disse que está se inspirando em normas internacionais, como a nova lei de proteção de dados da União Europeia, que entra em vigor em maio. Segundo ele, o desafio é fazer um texto que se valha da boa experiência internacional, com a preservação da privacidade sem inibir atividades econômicas e inovação tecnológica.

— Internet não pode ser terra de ninguém. É tarefa do Congresso legislar em defesa da sociedade. Precisamos assegurar que informações pessoais não sejam contrabandeadas e caiam nas mãos de terceiros [...] O acesso a internet não representa apenas diversão ou entretenimento, propicia inclusão social, conhecimento e exercício da cidadania. É ferramenta de avanço social e tecnológico. Não é razoável deixar que esta ferramenta seja alvo de limitação ou de uso inadequado - afirmou.

Escândalo

O PLS 330/2013, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), está sendo discutido no momento em que o Facebook está no centro de um escândalo mundial causado pelo vazamento de dados de mais de 80 milhões de pessoas.

Valadares afirmou que, desde agosto de 2013, quando apresentou o projeto, já havia percebido a importância de um marco legal. De lá para cá, segundo ele, o tema ganhou ainda mais relevância. Na opinião do senador, a lei precisa ser equilibrada, de modo a preservar a privacidade sem prejuízo de funcionamento da internet.

— Sabemos hoje que banco de dados sobre gostos, hábitos e rendas de usuários da internet é um ativo valioso. O marco deve prevenir abusos e coibir o uso ilícito de dados

peçoais. Por outro lado, os gestores desses dados precisam de limites seguros para seus modelos de negócios — opinou.

Esse equilíbrio também foi defendido por outros participantes da sessão, como o advogado e especialista em negócios digitais Márcio Cots, para quem seria infantilidade pensar que a limitação do uso de dados não vá ter impactos econômicos.

Prazo

O relator Ricardo Ferraço informou que pretende concluir seu voto e apresentá-lo à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) dentro de no máximo 15 dias. Os demais participantes da sessão temática desta terça-feira devem encaminhar ao relator suas contribuições.

Fonte: Senado Notícias

Data da publicação: 17 de abril

Link: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/17/criacao-de-autoridade-nacional-de-protecao-de-dados-e-defendida-em-audiencia-sobre-a-internet>

Veja a participação do sócio Rony Vainzof, Diretor do Departamento de Defesa e de Segurança da FIESP, durante sessão temática no Senado Federal sobre proteção de dados pessoais

Clique no link abaixo e veja a participação do sócio Rony Vainzof, Diretor do Departamento de Defesa e de Segurança da FIESP, durante sessão temática no Senado Federal sobre proteção de dados pessoais.

Fonte: Portal da Privacidade

Data da publicação: 17 de abril

Link: <http://portaldaprivacidade.com.br/2018/04/17/veja-participacao-do-socio-rony-vainzof-diretor-do-departamento-de-defesa-e-de-seguranca-da-fiesp-durante-sessao-tematica-no-senado-federal-sobre-protecao-de-dados-pessoais/>

* Não mencionado o autor no texto.